



Câmara Municipal
Estado de São Paulo

Fls. nº 2
Proc. 59140

CÂMARA MUNICIPAL = MOCOCA		
Nº	Data	Rubrica
1288	9/11/90	[Assinatura]

PROJETO DE LEI Nº. 119 DE DE 1.990

dispondo sobre tratamento diferencia
do chamado lixo contaminado

Artigo 1º - Fica o Prefeito Municipal de Mococa, autoriza do a dar tratamento especial e diferenciado ao lixo contaminado, tanto na sua colêta quanto ao seu destino final.

§ 1º - Considera-se lixo contaminado, todos os resíduos sólidos potencialmente portadores de agentes patogênicos, oriundos de hospitais, clínicas dentárias, clínicas veterinárias, laboratórios de análises clínicas e patológicas, de bancos de sangue, de centros de diagnoses, posto de atendimento médico, gabinetes dentários, drogarias e farmacias, bem como restos de alimentos ou outros produtos de consumo humano usados em estabelecimentos hospitalares e congêneres.

Artigo 2º - A colêta do lixo contaminado, deverá ser diferenciada da colêta dos resíduos domésticos e industriais.

Artigo 3º - A colêta do lixo contaminado deverá ser feita através de veículo próprio para a finalidade.

Artigo 4º - O pessoal envolvido na colêta do lixo contaminado, deverá ter capacitação e paramentação específica para a finalidade.

Artigo 5º - O lixo contaminado após coletado, deverá ser incinerado através de equipamento apropriado.

Artigo 6º - Os serviços de colêta, transporte e destino final do lixo contaminado, será de competência exclusiva da Prefeitura Municipal.

Artigo 7º - A manipulação interna, a acumulação e o acondicionamento do lixo contaminado, é de inteira e exclusiva responsabilidade da fonte geradora, que obrigatoriamente deverá seguir normas estabelecidas pelos órgãos: federal, estadual e municipal, de controle de poluição e preservação ambiental.



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo

Fls. n.º 3
Proc. 597/90

Fls.02

Artigo 8º - Até que seja instalado o incinerador municipal, o município fará a colêta diferenciada e depositará em vala no ' Aterro Sanitário do Município, atendidas as exigências do órgão estadual de controle da poluição e preservação ambiental.

Artigo 9º - Os estabelecimentos referidos no parágrafo 1º do artigo 1º desta Lei, deverão promover seu cadastramento prévio junto ao Departamento competente da Prefeitura Municipal imediatemente à promulgação da presente Lei.

Artigo 10 - Fica o Executivo autorizado a instituir a Taxa de Colêta do Lixo contaminado, que incidirá sobre os estabeleci-'mentos hospitalares e congêneres produtores de resíduos potencialmente portadores de agentes patogênicos, sujeitos a esta Lei.

§ 1º - A Taxa criada por este artigo, terá como limite os custos operacionais dos serviços de colêta, transporte e destinação final do lixo contaminado e potencialmente colocados à disposição dos hospitais e estabelecimentos congêneres, cuja cobrança' deverá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta Lei.

§ 2º - A Prefeitura poderá, mediante prévio estado de viabilidade econômica, permitir que esses serviços sejam executados' por empresas públicas ou particulares, mantendo a responsabilidade pelo controle e fiscalização dos mesmos, bem como pela imposiçã o e cobrança da taxa de colêta de lixo contaminado.

Artigo 11 - Esta Lei deverá ser regulamentada dentro de 30 (trinta) dias, através de Decreto do Executivo, observando-se as normas técnicas especiais do Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo.


Artigo 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publi cação, revogadas as disposições em contrário.

PLENÁRIO VENERANDO RIBEIRO DA SILVA, 09 DE NOVEMBRO DE 1.990

DESPACHO

At(s) Comissários
L. M. A. H. e P. C. H.
S. Sessão 09.XI/1990

Presidente


DR. WALTER DE SOUZA XAVIER
Vereador

Pageto - 119

Fls. n.º 4
Proc. 592190

Recebimento para estudo e
parar em 12/XI/1990
com o prazo de 30 dias
vencível em 08/02/1991
Sala das Comissões Perma-
nentes da Câmara Municipal
de Mococa
PRESIDENTE
Comissão de

DESIGNO RELATÓRIO A PM. N.º 11/1990
Dr. José Ed. M. Aguiar
com prazo de 15 dias vencível em 03/12/90
Sala das Comissões em
12/XI/190
PRESIDENTE

Recebimento para estudo e
parar em —/—/19—
com o prazo de — dias
vencível em —/—/19—
Sala das Comissões Perma-
nentes da Câmara Municipal
de Mococa
PRESIDENTE
Comissão de

DESIGNO RELATÓRIO A PM. N.º 11/1990
José Rotta
com prazo de — dias vencível em —/—/—
Sala das Comissões em
PRESIDENTE

Recebimento para estudo e
parar em —/—/19—
com o prazo de — dias
vencível em —/—/19—
Sala das Comissões Perma-
nentes da Câmara Municipal
de Mococa
PRESIDENTE
Comissão de

DESIGNO RELATÓRIO A PM. N.º 11/1990
João Rotta
com prazo de — dias vencível em —/—/—
Sala das Comissões em
PRESIDENTE

APROVADO
Em 1ª Discussão por unanimidade
Sessão de 23 de XII de 1990
Presidente

APROVADO
Em 2ª Discussão por unanimidade
Sessão de 3 de XII de 1990
Presidente

Exaordinária



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº.

REFERENCIA:- Projeto de Lei nº.119/90


INTERESSADO:- Dr.Walter de Souza Xavier

RELATOR:- Vereador - Dr. José Eduardo Ciparrone

ASSUNTO:- Projeto de Lei nº.119/90 - dispõe sobre o tratamento diferenciado do chamado lixo contaminado

Como Relator da presente matéria, após estudos detalhados da propositura, que examinada dentro dos aspectos exigidos por disposições Regimentais da Casa, bem como sua procedência e fundamentos, resolvo - acolhe-la como se encontra redigida, exarando parecer FAVORAVEL à sua aprovação.

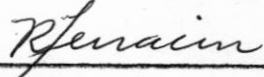
Sala das Comissões, 16 de novembro de 1.990


Dr. José Eduardo Ciparrone
Relator

APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORAVEL A PROPOSITURA

Sala das Comissões, 19 de novembro de 1.990


Dr. Tadeu Rezende
Presidente


Reinaldo Ferracin
Secretário



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER Nº.

REFERENCIA:- Projeto de Lei nº.119/90

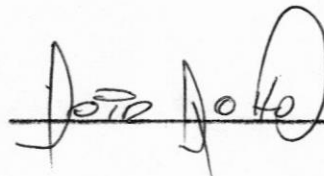
INTERESSADO:- Dr. Walter de Souza Xavier

RELATOR:-

ASSUNTO:- Projeto de Lei nº.119/90 - dispõe sobre o tratamento diferenciado do chamado lixo contaminado

Como Relator da presente matéria, após estudos detalhados da propositura, que examinada dentro dos aspectos exigidos por disposições Regimentais da Casa, bem como sua procedência e fundamentos, resolvo - acolhe-la como se encontra redigida, exarando parecer FAVORAVEL à sua aprovação.

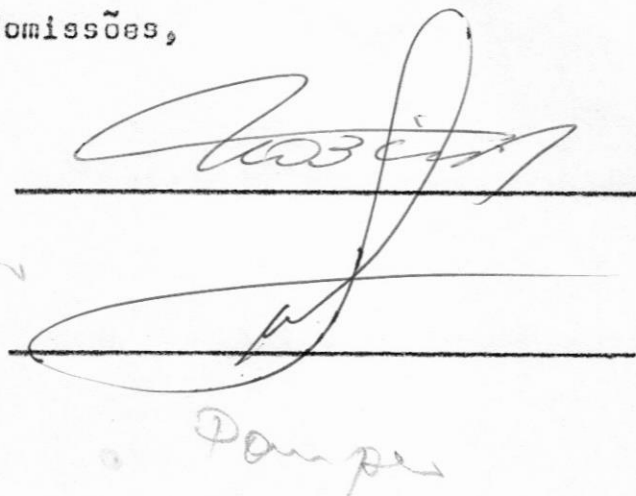
Sala das Comissões,



22
11

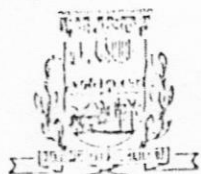
APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORAVEL A PROPOSITURA

Sala das Comissões,



Italo

Pamper



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS, DEF:M.AMBIENTE
SAUDE E ASS. SOCIAL

PARECER Nº.

REFERENCIA:- Projeto de Lei nº.119/90

INTERESSADO:- Dr. Walter de Souza Xavier

RELATOR:-

ASSUNTO:- Projeto de Lei nº.119/90 - dispõe sobre o tratamento diferencia-
do d chamado lixo contaminado

Como Relator da presente matéria, após estudos detalhados da
propositura, que examinada dentro dos aspectos exigidos por disposições
Regimentais da Casa, bem como sua procedência e fundamentos, resolvo -
acolhe-la como se encontra redigida, exarando parecer FAVORAVEL à sua
aprovação.

Sala das Comissões,

APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORAVEL A PROPOSITURA

Sala das Comissões,

Aparece



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo

Fls. n.º 8
Data 59/90

ref.Of.522/90-CM.

Mococa, 05 de dezembro de 1.990

Senhor Prefeito:

Estamos passando às mãos de Vossa Excelência, para as providências julgadas necessárias, cópia do Expediente aprovado por esta Casa, em Sessão Extraordinária realizada no dia 03 do corrente mês:

AUTÓGRAFO Nº.105/90 - Projeto de Lei nº.105/90
(autoria do Vereador Nelson Espanha).
AUTÓGRAFO Nº.106/90 - Projeto de Lei nº.118/90
(autoria do Vereador Dr. Walter de Souza Xavier).
AUTÓGRAFO Nº.107/90 - Projeto de Lei nº.119/90
(autoria do Vereador Dr. Walter de Souza Xavier).
AUTÓGRAFO Nº.108/90 - Projeto de Lei nº.120/90
(autoria do Vereador Dr. Jair Carlos Pereira Rotta).
AUTÓGRAFO Nº.109/90 - Projeto de Lei nº.122/90
(autoria da Vereadora Neide Falarini Bedin).
AUTÓGRAFO Nº.110/90 - Projeto de Lei nº.123/90
(autoria do Vereador Nelson Espanha).
AUTÓGRAFO Nº.111/90 - Projeto de Lei nº.127/90
AUTÓGRAFO Nº.112/90 - Projeto de Lei nº.128/90
AUTÓGRAFO Nº.113/90 - Projeto de Lei nº.134/90

Reiterando a Vossa Excelência os nossos protestos de consideração e apreço, firmamo-nos.

Atenciosamente,

DR. JOÃO BATISTA ROTTA
Presidente

Exmo. Sr.

DR. FRANCISCO JOSÉ VIEIRA GUERRA
DD. Prefeito MUnicipal de

MOCOCA.



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo

Fls. n.º 9
Proc. 597190

AUTÓGRAFO Nº.107 DE 1.990

Projeto de Lei nº.119/90

dispondo sobre tratamento diferen
ciado chamado lixo contaminado.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em Sessão rea
lizada no dia 03 de dezembro de 1.990, aprovou projeto de lei de
autoria do Vereador Dr. Walter de Souza Xavier, e eu sanciono e
promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Prefeito Municipal de Mococa, autorizado
a dar tratamento especial e diferenciado ao lixo contaminado, tan
to na sua colêta quanto ao seu destino final.

§ 1º - Considera-se lixo contaminado, todos os resíduos sô
lidos potencialmente portadores de agentes patogênicos, oriundos
de hospitais, clínicas dentárias, clínicas veterinárias, laboratô
rios de análises clínicas e patológicas, de bancos de sangue, de
centros de diagnoses, posto de atendimento médico, gabinetes den
tários, drogarias e farmácias, bem como restos de alimentos ou ou
tros produtos de consumo humano, usados em estabelecimentos hospi
tulares e congêneres.

Artigo 2º - A colêta do lixo contaminado, deverá ser dife
renciada da colêta dos resíduos domésticos e industriais.

Artigo 3º - A colêta do lixo contaminado, deverá ser feita
através de veículo próprio para a finalidade.

Artigo 4º - O pessoal envolvido na colêta do lixo contamina
da, deverá ter capacitação e paramentação específica para a fina
lidade.

Artigo 5º - O lixo contaminado, após coletado, deverá ser
incinerado através de equipamento apropriado.

Artigo 6º - Os serviços de colêta, transporte e destino fi
nal do lixo contaminado, será de competência exclusiva da Prefei
tura Municipal.

Artigo 7º - A manipulação interna, a acumulação e o acondi
cionamento do lixo contaminado, é de inteira e exclusiva responsa
bilidade da fonte geradora, que obrigatoriamente deverá seguir
normas estabelecidas pelos órgãos: federal, estadual e municipal,
de controle de poluição e preservação ambiental.



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo

Fls. n.º 10
Proc. 59490

AUTÓGRAFO Nº.107 DE 1.990

Artigo 8º - Até que seja instalado o incinerador municipal, o município fará a colêta diferenciada e depositará em vala no Aterro SANitário do Município, atendidas as exigências do órgão estadual de controle da poluição e preservação ambiental.

Artigo 9º - Os estabelecimentos referidos no parágrafo 1º do artigo 1º desta Lei, deverão promover seu cadastramento prévio junto ao Departamento competente da Prefeitura Municipal imediatamente à promulgação da presente Lei.

Artigo 10 - Fica o Executivo autorizado a instituir a Taxa de Colêta do Lixo contaminado, que incidirá sobre os estabelecimentos hospitalares e congêneres produtores de resíduos potencialmente portadores de agentes patogênicos, sujeitos a esta Lei.

§ 1º - A Taxa criada por este artigo, terá como limite os custos operacionais dos serviços de colêta, transporte e destinação final do lixo contaminado e potencialmente colocados à disposição dos hospitais e estabelecimentos congêneres, cuja cobrança deverá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo, no prazo de 30(trinta) dias da publicação desta Lei.

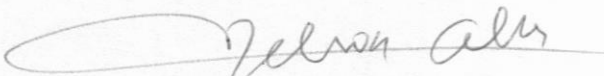
§ 2º - A Prefeitura poderá, mediante prévio estado de viabilidade econômica, permitir que esses serviços sejam executados por empresas públicas ou particulares, mantendo a responsabilidade pelo controle e fiscalização dos mesmos, bem como pela imposição e cobrança da taxa de colêta de lixo contaminado.

Artigo 11 - Esta Lei deverá ser regulamentada dentro de 30 (trinta) dias, através de Decreto do Executivo, observando-se as normas técnicas especiais do Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo.

Artigo 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA, 04 DE DEZEMBRO DE 1.990

DR. JOÃO BATISTA ROTTA
Presidente


NELSON ALVES
Secretário